

BOA SEMENTE, BONS FRUTOS? PORTUGAL E OS PORTUGUESES NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

INTRODUÇÃO

As celebrações dos 500 anos do descobrimento do Brasil suscitam indagações de diferentes ordens: temos, portugueses e brasileiros, razões para comemorar? Ou, o que festejamos? Quem são estes sujeitos que a história entrelaçou em múltiplas e intrincadas esferas da vida? Concepções sobre os portugueses sob a ótica dos brasileiros são várias e emergem em campos discursivos diversos. Esta é a questão aqui tratada.

Desenvolvo o tema refletindo sobre valorações contrapostas e extremadas, opção que não envolve uma tomada de posição convergente com o pressuposto de que a realidade é dicotômica. Tampouco, circunstancialmente, com aquela que afirma a unidade dos contrários. A opção metodológica está inspirada nas proposições de Max Weber, isto é, tomo concepções “negativas” e “positivas”, elaboradas por brasileiros e relativas aos portugueses, como “ideal típicas”.

É corrente no Brasil a percepção do português como expressão refinada da alma ingênua e do espírito obtuso. A “veracidade” dessas atribuições é construída e replicada em um amplo e sempre renovado repertório de piadas. Não é raro dentre nós qualificarmos brasileiros aos quais se associam aqueles atributos de “alma lusa”. Tem-

MARIA AUXILIADORA LEMENHE*

RESUMO

O artigo tem como objetivo desvendar concepções valorativas contrapostas e extremadas sobre os portugueses, elaboradas por brasileiros. À guisa de introdução ao tema, são analisadas idéias relativas aos portugueses correntes na esfera do senso comum. Segue-se uma leitura analítica das obras Retrato do Brasil (1928), de Paulo Prado e Casa-Grande & Senzala (1933), de Gilberto Freyre, autores que se situam em posições opostas acerca do processo de colonização do Brasil e dos colonizadores. A autora busca desvendar os processos lógicos e históricos que fundamentam as concepções de fundo negativo de Prado e positivo de Freyre.

* Doutora em sociologia, professora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará.

se assim uma primeira instância de valoração de fundo negativo sobre os portugueses. Em contraposição, tem-se também um dos campos – talvez o mais profícuo e, com certeza, o mais corrente – de construção e de afirmação de virtudes dos brasileiros como sujeitos de alma sagaz e de espírito lúcido. Saci-pererê e Macunaíma, um gestado no imaginário popular e o outro na mente criadora de Mário de Andrade, podem ser pensados como personagens

que encarnam essa dimensão do, digamos, caráter brasileiro.

Embates econômicos e políticos travados entre a Colônia e a Metrópole, desde o primeiro século da colonização até o ato formal do governo português de reconhecimento do Brasil como Estado-nação, que pontuam a historiografia brasileira de todos os tempos, constituem-se em vigorosa fonte inspiradora para a instituição de “algozes” portugueses e de “mártires” brasileiros; para a denegação de uns e glorificação dos outros. Dirigentes metropolitanos – reis, rainhas, ministros e seus representantes no Brasil colônia – governadores, contratadores, agentes do fisco – figuram como personagens de um enredo marcado pela tirania, delação e rapinagem. Tiradentes, condenado à morte pelo Estado português por seu envolvimento, marginal segundo alguns historiadores, no movimento de contestação à

ordem colonial, tem sido ao longo dos tempos referente inesgotável para o auto-reconhecimento dos brasileiros como defensores intransigentes da liberdade e do amor à pátria. Representado na iconografia como uma réplica de Jesus Cristo (Carvalho, 1990:71), mártir e salvador, Tiradentes, atualiza a cada celebração do 7 de Setembro, os pecados de origem cometidos pelos portugueses contra os brasileiros. Além de tirania e rapinagem, uma rainha louca e um rei covarde e obtuso compõem os itens do legado português. Ocorrendo a alguém pensar que produzo aqui uma leitura anacrônica e caricatural, recomendo um passar de olhos no texto e nas imagens do filme *Carlota Joaquina* e que relembre a receptividade do mesmo entre nós brasileiros.

Como derivação desses dois conjuntos de percepções emerge a seguinte idéia: se persistimos como parte do bloco dos países pobres e atrasados é porque somos herdeiros daquele povo. O poderio americano oferece aos brasileiros a certeza de que outro seria o lugar do Brasil no concerto das nações, caso nossa matriz cultural e política tivesse sido forjada na e pela ilustrada e vanguardista Inglaterra.

Que não fiquem desconfortados os portugueses – e também os brasileiros que não comungam com tais idéias – com o que exponho aqui. Se tais percepções de senso comum são disseminadas entre nós, outras, orientadas por valores positivos podem ser identificadas.

Uma apresentação mais consistente das percepções de fundo valorativo positivo demandaria leituras mais acuradas da realidade à qual se referem. Isto porque, ocultas em sua própria condição de idéias não hegemônicas, pouco se dão a perceber quando submetidas a observações impressionistas, tal como venho praticando para a composição das linhas iniciais deste texto.

Indícios da valorização positiva de nossa matriz lusitana estão presentes no universo sócio-cultural de um segmento das classes dominantes. Refiro-me em particular àquele que, situado em distintas regiões do país,

firmou-se como estamento (no sentido weberiano) superior, graças ao prestígio conferido pela propriedade da terra combinado com os grandes negócios da agricultura exportadora. O processo de modernização da economia – através da industrialização – minou as bases do prestígio desse segmento, suscitou o retorno de componentes do mesmo a símbolos de status mais remotos, relacionados tanto à herança nobiliárquica quanto à de valores tradicionais associados à noção de virtude (Bastos, 1979:2), incorporadas à biografia de ancestrais portugueses. Inscrevem-se nesta condição as conhecidas “famílias quatrocentonas” de São Paulo. Trabalhos de construção de reconhecimento social de mesma natureza são encontrados também no Ceará. Em estudo que realizei sobre uma família de proprietários e políticos cearenses (Lemenhe, 1995: 56/64), constato uma profusão de genealogias, nas quais os “fundadores” das várias linhagens da família são nobres e santos portugueses que viveram em distintas época, anteriores e posteriores ao descobrimento do Brasil.

Fragmentos ainda bastante vivos de memória de uma geração – na qual me incluo, que viveu como criança e adolescente entre final dos anos quarenta e início dos sessenta, na região centro-sul do país, numa ambiência familiar de classe média, destituída de vínculos com grupos de imigrantes não portugueses (italianos, espanhóis, alemães e japoneses) – trazem também indícios de um reconhecimento positivo de suas origens portuguesas, remontem estas ou não ao período da formação do Brasil. Estão retidos na lembrança dessa geração, por exemplo, os esforços feitos pelos pais para se provarem descendentes de “corajosos” portugueses, que desbravaram o território da Colônia, caçando índios e ouro. Bandeirantes assim celebrizados – a exemplo de Fernão Dias Paes Leme – podem figurar em imaginárias árvores genealógicas como matriz de uma parentela. Marcas das referências positivas aos portugueses encontram-se também nas singelas festas natalinas, enobrecidas e animadas com

vinho, bacalhau e castanha portugueses e no raramente realizado, mas sempre renovado, desejo de um dia visitar Portugal. Não é improvável que as reverências às matrizes portuguesas tenham sido reforçadas ou aprendidas no contato de brasileiros com migrantes de várias nacionalidades, inclusive com portugueses, que chegaram ao Brasil desde o final do século XIX. Se italianos e espanhóis – e seus descendentes – exibiam com orgulho sobrenomes com grafia e sotaque de sua terra, por que não poderiam fazer o mesmo os muitos Oliveira, Sousa, Abreu, Almeida, Leme?

Encontro na postura reverente com que se tratou no Brasil a língua portuguesa, outro veio para a constituição de reconhecimento positivo de nossa ancestralidade lusitana. É provável que os rígidos controles metropolitanos sobre o uso da palavra escrita estejam na raiz da aludida reverência no manejo da língua portuguesa. Mas, teria sido elemento decisivo para tanto a convergência, em Portugal e no Brasil, dos ideais da erudição humanista com o bacharelismo que têm, ambos, a palavra escrita e falada como meio essencial de realização. Nas faculdades de Direito, nos conventos e seminários, nas escolas confessionais católicas de todo o país, jovens foram formados para o mundo profano e sagrado, orientados pela idéia da beleza da língua portuguesa e da necessidade imperiosa de conhecê-la e apropriarem-se dela plenamente. Se o movimento modernista no Brasil rompeu com o academicismo, até então presente na escrita dos literatos brasileiros (Veloso & Madeira, 1999), o fez enaltecendo a língua portuguesa falada e escrita, como símbolo mais expressivo da nacionalidade brasileira.

Concepções valorativas extremas sobre os portugueses podem ser encontradas em estudos especializados, produzidos por intelectuais brasileiros. Na condição de estudos que se orientam – ou pretendem se orientar – pelos parâmetros da prática científica, as idéias de valor tornam-se mais transparentes aos olhares daqueles que se interessam pela temática.

OS AUTORES E SUAS OBRAS

Em meio a um considerável elenco de autores e obras adequados à análise pretendida, elegi Paulo Prado e Gilberto Freyre, respectivamente, em *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* e *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Tal seleção deve-se ao fato de que, tanto quanto sei, nestas obras concepções extremadas sobre os portugueses estão mais claramente postas. Há uma razão complementar. Elaboradas com a intenção de produzir conhecimento segundo princípios da prática científica, há, em ambas as obras, apropriações e reapropriações de saberes de senso comum, que se situam em posições valorativas polares. Por outro lado, a reedição sucessiva das obras – de Gilberto Freyre, sobretudo – ao longo de um largo tempo permite supor que as interpretações formalizadas pelos autores concorreram para a cristalização de concepções extremadas sobre os portugueses, hoje entranhadas no universo cultural do brasileiro.

Paulo Prado e Gilberto Freyre trilharam caminhos semelhantes em muitos aspectos. Pertenceram à elite econômica e política brasileira, do Centro-Sul e Nordeste, respectivamente. Havendo ambos passado pela experiência de viver e visitar diversos países, puderam “ver o Brasil de fora”. Apesar da diferença de idade, partilharam, de certo modo, um mesmo contexto histórico e intelectual – década de 20 e 40 – conjuntura ao longo da qual escreveram as obras aqui analisadas.

Paulo Prado é originário de família paulistana que fez fortuna como proprietária de fazendas de café, ferrovia, banco e de empresa exportadora. Foi presidente desta última por longos anos. Nunca ocupou nenhum cargo nas estruturas de poder formal, mas vários membros da família o fizeram, desde o tempo do Império e entrando pela República. O pai foi ministro, e prefeito da cidade de São Paulo em sucessivos mandatos (Levi, 1977). Paulo Prado compartilhou com membros de sua classe social e de seu tempo

o cultivo de uma educação humanista, alimentada pela erudição e gosto pelas artes: diplomou-se em Direito, falava várias línguas e tocava piano. Conviveu com intelectuais estrangeiros, como Eça de Queiroz e brasileiros, como Capistrano de Abreu – que teria despertado o interesse pelos estudos históricos – e com Monteiro Lobato, com quem dividiu a direção da *Revista do Brasil*.

Seu envolvimento com os modernistas se dá em dupla perspectiva: intelectual que comunga idéias e estilos defendidos pelo movimento e homem rico que age como generoso mecenas, financiando a publicação de livros, edição de revistas e aquisição de obras de arte.

O autor da obra literária mais expressiva do modernismo, Mário de Andrade, dedica *Macunaíma* a Paulo Prado, e Oswald de Andrade faz o mesmo em *Memórias sentimentais de João Miramar*. Seus escritos consistiram sobretudo de artigos e crônicas publicados em jornais, revistas e prefácios de livros, como o de Oswald de Andrade aqui citado. Publicou dois livros: *Paulística*, coletânea de artigos de jornal de cunho historiográfico, com uma primeira edição em 1925 e uma segunda em 1934. Retrato do Brasil foi editado pela primeira vez em 1928.

Livro de conteúdo reputado polêmico, à época, despertou a “fúria dos ufanistas”, na medida em que teria traçado uma visão negativa do Brasil, em relação ao passado e ao presente, e, pessimista quanto ao futuro. Por outro lado, foi aclamado por intelectuais seus contemporâneos, dentre eles Gilberto Freyre. O livro foi reeditado oito vezes, duas em um mesmo ano (1929) e a última em 1999.

Diferentemente de Paulo Prado, Gilberto Freyre tem uma história intelectual mais rica e ao mesmo tempo mais conhecida. Pernambucano de Recife, tem em sua biografia as marcas da pertença a uma família “tradicional” do Nordeste: avós proprietários de engenho de açúcar, portadores de sobrenomes múltiplos e reconhecidos como de “antigas famílias” da região. Estudou inglês e francês com professores particulares, e, latim e português com o pai. A família tinha posses

em extensão suficiente para prover as necessidades de um estudante universitário nos Estados Unidos, de onde retorna, após cinco anos, com o título de mestre. Esse tempo marca não só o início da trajetória do escritor, como também do intelectual-viajante que percorre vários estados da América do Norte, países da Europa e, posteriormente, da África.

Freyre ocupou postos na política de seu estado como chefe de gabinete do governador, que lhe valeu o exílio em Portugal (1930) e de deputado federal (1946). Estas funções seriam inexpressivas se comparadas com suas atividades de escritor, conferencista e articulista que, desenvolvidas em uma larga existência, resultaram em extensa bibliografia.

Casa-Grande&Senzala, que tomo aqui como campo de observação, foi produzida ao longo dos três primeiros anos da década de 30, quando o autor esteve, sucessivamente, nos Estados Unidos, Rio de Janeiro e Recife, pesquisando e escrevendo (Ribeiro, 1997: 79/80). Segundo Darcy Ribeiro (1997:80), no Rio de Janeiro, onde teve sua primeira edição (1933), a obra “provoca surpresa e alcança enorme repercussão. Os principais escritores saúdam o autor, desconhecido até então, por sua originalidade, profundidade, erudição, elegância, etc. Um grupo de pernambucanos, indignado com a linguagem obscena, a postura negrófila e as ofensas à Igreja e aos jesuítas, propõe queimar CG&S em ato público”

Estudiosos do movimento modernista não têm dúvidas quanto à filiação de Paulo Prado ao mesmo. Tal certeza decorre tanto do entusiasmo e prodigalidade com que o intelectual-empresário apoiou a divulgação das idéias e das obras de vários dos componentes do grupo, quanto da capacidade revelada por ele para expressar em *Retrato do Brasil* princípios básicos que nortearam o movimento. A esse respeito, é exemplar a afirmação superlativa de Assis Barbosa (19..): “*Retrato do Brasil [...] é livro de inspiração berrantemente modernista*”.

Tratando-se de Gilberto Freyre, as opiniões são bastante díspares. Aqueles que o vêem como porta-voz de um pensamento conservador parecem não se sentir à vontade

para reconhecê-lo como parte de qualquer movimento de vanguarda. Ainda que o próprio Gilberto Freyre se apresentasse como modernista (Araújo. 1994:21) – auto-atribuição reconhecida pelo citado Assis Barbosa como também por Veloso & Madeira (1999: 136/148) – outros o consideram como modernista “*realmente singular, anárquico e relativamente distante das formulações vanguardistas tão influentes em São Paulo*” (Merquior, apud Araújo, 1994:23).

Deixada à parte qualquer intenção de classificação, penso ser pertinente afirmar que ambos comungaram com um conjunto de perspectivas hegemônicas no campo intelectual brasileiro, aproximadamente, ao longo das quatro primeiras décadas do século XX.

Ressalto, em primeiro lugar, que a motivação para se “descobrir” a realidade brasileira em sua singularidade no presente é acompanhada pelo pressuposto de que o conhecimento do passado é recurso metodológico essencial. Em segundo, o esforço em investigar este objeto singular de acordo com procedimentos da racionalidade científica, o que, nos casos em exame, consistia em mobilizar amplo repertório de elementos da realidade sócio-histórica como fundamento para a produção de verdades consistentes. Por fim, pensar a prática investigativa no campo das ciências sociais e da história como possibilidade de engrandecimento futuro da nação. Gilberto Freyre escreve no Prefácio da 1ª edição de Casa-grande & Senzala:

“Creio que nenhum estudante russo, dos românticos do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos destinos do Brasil [...] Era como tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares”.

Em outro contexto, convoca os moços para a tarefa urgente de pesquisa e do estudo sério pois “*sem estes estudos e essas sondagens não podemos considerar aptos a um esforço de reconstrução social que seja mais do que*

uma aventura de sentimentalismo ou de idealismo ligado à revolta em bruto dos explorados.

Paulo Prado, por sua vez, escreve o seguinte: *Confesso a minha fraqueza pelas coisas do passado. Tanto admiro Léger como Rafael. Se eu tivesse, porém, o gênio e a arte do padre Antônio Vieira, em vez da história do passado, escreveria como ele a História do futuro [...]* (Prado, 1997:7). Em diálogo que trava com o filho, por carta, argumenta que seu livro revela “*a ânsia patriótica de quem quer bem ao país e aponta erros e os crimes dos mercadores do tempo*” (218).

Comungando com aqueles pressupostos e concretizando-os de modo diverso, os dois autores elaboram interpretações opostas sobre a realidade brasileira e sua matriz portuguesa.

Explícito, a seguir, as formulações desenvolvidas nas duas obras, elucidando as relações de causalidade nelas subjacentes e as provas empíricas através das quais ambos os autores organizam e fundamentam suas idéias.

OS PORTUGUESES SEGUNDO PAULO PRADO

Em *Retrato do Brasil* o português é apresentado através de um conjunto de traços que configuram um sujeito marcado pela negatividade. Ao longo de toda a obra e de forma recorrente, refere-se Paulo Prado aos portugueses nos seguintes termos: “*adventícios violentos e desabusados*”, “*ádivenas de passagem*”, “*aventureiro miserável*”, “*gente rude*”. Os vê movidos por uma “*obsessão [ou] ânsia diabólica*”, “*desejosos de ganhar fortuna o mais depressa possível para desfrutar no além mar*”. Compõem ainda o elenco dos enunciados desqualificativos: o “*desamor à terra*”, a “*imoralidade*”, a “*ausência do pudor civilizador*”, é “*lascivo brutal*”, “*individualista e anárquico*”, “*ávido de gozo e vida livre*”; foram “*aventureiros e conquistadores*”, “*burocratas parasitas*” e “*dissipadores das riquezas da colônia*”.

De modo nem sempre preciso e coerente, distingue Prado duas categorias de portugueses: a de povoador, para se referir a todos aqueles que, situados à margem dos

quadros da administração metropolitana, vieram ao Brasil, nele estabelecendo-se ou não, e, a categoria de colonizador, isto é, restrita àqueles membros de todas as hierarquias da burocracia do Estado português. Ainda que os primeiros qualificativos definam mais enfaticamente o “povoador” (“*adventícios violentos e desabusados*”, “*ãdvenas de passagem*”, “*aventureiro miserável*”, “*gente rude*”) e as últimas o “colonizador”, (“*burocratas parasitas*” e “*dissipadores das riquezas da colônia*”) as demais são extensivas a ambas as categorias (“*desamor à terra*”, “*imoralidade*”, “*ausência do pudor civilizador*”, “*lascivo brutal*”, “*individualista e anárquico*”, “*ávido de gozo e vida livre*”)

Não encontraria um atento leitor de *Retrato do Brasil*, de forma subjacente aos argumentos aí construídos, alguma concessão aos portugueses? Ou, em outros termos, transige o autor ao formular concepções negativas sobre os portugueses?

Numa primeira aproximação, a pergunta poderia ser respondida de modo afirmativo. Como se constata, na relação de causalidade histórica formulada para qualificar o “português povoador” é explicitada a idéia de que as características deste sujeito são extensivas a outros. Isto porque foram partilhadas pelo homem europeu, nascido do Renascimento: um novo homem para quem “*as ambições humanas de poderio, de saber e de gozo*” foram alargadas. Sequiosos de gozar a liberdade e “*abafado*” e “*peado numa Europa de vida estreita*”, a procura de outros mundos teria se imposto a esses homens, de forma inexorável. “*A era dos descobrimentos foi o resultado desse movimento de liberação*” (p. 54). Segundo Prado, o Novo Mundo, em particular o situado nos trópicos, emerge como lugar real ou imaginário de “*satisfação dos apetites de homens a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade européia*” (65/66). Assim pensando, pode generalizar as características dos tipos sociais que chegaram ao Novo Mundo, independentemente dos pontos de partida europeus.

“*Corsários, flibusteiros, caçulas das antigas famílias nobres, jogadores arruinados, padres*

revoltados ou remissos, [...] vagabundos dos portos do Mediterrâneo, anarquistas, em suma, na expressão moderna, e insubmissos às peias sociais – toda a escuma turva das velhas civilizações, foi deles o Novo Mundo, nesse alvorecer. Franceses [...], holandeses [...] castelhanos [...] portugueses [...] e flamengos, [...] todo o continente se povoou desses adventícios violentos e desabusados” (66).

Referindo-se especificamente aos portugueses, assim escreve:

“*logo nos anos que se seguiram ao descobrimento se fixaram aventureiros em feitorias esparsas pelo litoral. Eram **degradados** que abandonavam nas costas as primeiras frotas exploradas, ou naufragos, ou **gente mais ousada** desertando das naus, atraída pela fascinação das aventuras. Dessa gente, **raros eram de origem superior e passado limpo** – na proporção de um por dez*” (p. 67).

Nesta descrição, sugere o autor que o português desqualificado nos termos acima é apenas aquele que, marginal em seu próprio meio social de origem, tendo aqui aportado em período que antecede a ocupação produtiva do território, teria se situado à margem do processo de colonização. Uma leitura assim construída permitiria vislumbrar um olhar relativizado do autor sobre o colonizador do Brasil. Tal não é o caso. Ao longo de todo o texto, Prado desenvolve argumentos e se empenha na apresentação de evidências empíricas que resultam na generalização daqueles atributos negativos, de forma indistinta – com uma única restrição, feita aos padres – para todo e qualquer português que haja participado da ação colonizadora ao longo de seus três primeiros séculos. Esta generalização se explicita tanto ao tomar “vícios” e “paixões” como fundamentos de ações concretas dos portugueses, quanto ao considerar aquelas categorias sociais – *degradados, desertores, naufragos, aventureiros* “*sem eira nem beira*” – como matrizes emblemáticas dos

descaminhos vividos pela sociedade brasileira em todas as esferas da vida e em diferentes contextos históricos.

Deste modo, os vários retratos do Brasil, pintados por Paulo Prado em diferentes momentos de nossa história, figuram como campo empírico através dos quais o autor intenta validar suas representações negativas sobre os portugueses. São ilustrativas as descrições da vida brasileira relativas ao período que antecede a independência – início do século XIX:

Três séculos tinham trazido o país a essa situação lamentável. A Colônia, ao iniciar-se o século de sua independência, era um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênues da língua e do culto.

*População sem nome, exausta pela verminose, pelo impaludismo e pela sífilis, tocando dois ou três quilômetros quadrados a cada indivíduo, sem nenhum ou pouco apego ao solo nutridor; país pobre sem o auxílio humano, ou arruinado pela exploração apressada, tumultuária e incompetente de suas riquezas minerais; cultura agrícola e pastoril limitada ou atrasada [...] hipertrofia do patriotismo indolente que se contenta em admirar as belezas naturais, 'as mais extraordinárias do mundo', como se fossem obras do homem; ao lado de um entusiasmo fácil, denegrimento desanimando e estéril [...] indigência intelectual e artística completa, em atraso secular, **reflexo da decadência da mãe-pátria**; [...] (160/162).*

Fragments do livro retratam o Brasil no início do século XX:

Fixemos o olhar por um instante na realidade visível, palpável e viva desse Hoje (sic). [...] Damos ao mundo o espetáculo de um povo habitando um território, que a lenda – mais que a verdade – considera imenso torrão de inesgotáveis riquezas, e não sabendo explorar e aproveitar o seu quinhão. Dos agrupamentos humanos de mediana importância, o nos-

so país é talvez o mais atrasado. O Brasil, de fato não progride: vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente, no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado [...] espalham-se pelo nosso território grupos humanos incertos, humildes, salvo um ou outro foco de expressão nativista, abafados e paralisados em geral por uma natureza estonteadora de pujança, ou terrivelmente implacável. Aí vivem a solta numa terra comum [...].

Nas populações crestadas do Nordeste reinam como nas épocas primitivas as credices e o fanatismo das 'santidades' [...] Pelas costas do oceano e em manchas de civilização material [...], o progresso é uma indústria que [...] é explorada, numa rápida absorção, pelos capitais estrangeiros e os poucos grupos financeiros nacionais que só cogitam – como é natural – dos próprios interesses. [...] No resto do país o caso se agrava: os homens, de incapazes, tornaram-se desonestos e pela cumplicidade dos apaniguamentos eleitorais, aceitaram com pequena relutância o consórcio das funções administrativas com os interesses mercantis. A fragilidade humana fez o resto, que é a vergonha da nação. [...] Sobre este corpo anêmico, atrofiado, balofo, tripudiam os políticos [...] É o grande rebanho que passa, pastando, de que falava Nietzsche.

Ao chegarmos aos dias de hoje, é esse o grande milagre (199/205).

Não seria pertinente reconhecer na história brasileira pelo menos algum saldo positivo, resultante da colonização portuguesa? Sim, responderia Prado nos seguintes termos: “a preservação da unidade social e política do vastíssimo território” (196). Escreve que a administração portuguesa logrou “conservar a coesão da nova terra favorecida pela língua comum (nenhum dialeto perturba essa uniformidade), pelo culto da mesma religião, pelo ódio inato e tradicional ao castelhana” (196/197). Mas, ao apresentar o que elege como “fatores preponderantes” para explicar este feito reitera suas concepções negativas sobre

o colonizador – “O atraso, os próprios vícios e defeitos da burocracia central portuguesa” (197) que com sua “pesada máquina” de forma “contínua e minuciosa [nivelou] o terreno como um rolo compressor” (198). A negatividade é também reiterada numa outra perspectiva. Considera que traços do caráter do povo brasileiro em formação, instituídos pelos portugueses – “profundo indiferentismo, feito de preguiça física, de faquirismo, de submissão resignada das cousas” (196), sintomas de um povo incapaz de construir a noção de pátria – concorreram também para a preservação da unidade do território, na medida em que impediram os colonos de se contrapor ao rolo compressor da administração portuguesa (196). Assim, definitivamente, em nenhuma circunstância analítica, o olhar e a pena condenatórios do autor descansam.

Que peculiaridades desse colonizador aventureiro e que circunstâncias são responsáveis por malefícios tão extensos? A resposta é parcialmente anunciada nas linhas iniciais do livro: “a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene” (53). Ao reverter e traduzir tais expressões nos termos “cobiça” e “luxúria” – ambos centrais em *Retrato do Brasil* pois, não só acompanham o raciocínio desenvolvido por Paulo Prado na obra como um todo, como nomeiam dois dos cinco capítulos da mesma – vê-se postulada a idéia de que as ações dos colonos portugueses foram orientadas não por virtudes, mas por “vícios” ou “paixões”.

Leitores da obra em exame, ao interpretar o pensamento desenvolvido por Prado, lançaram dúvidas quanto à observância do mesmo aos cânones da prática científica.

Oswald de Andrade, por exemplo, em pequeno texto escrito logo após a primeira edição de *Retrato do Brasil*, a despeito de reconhecer méritos do autor e da obra, refere-se ao “extraordinariamente grave erro a que se deixa conduzir Paulo Prado na adição dos valores das duas primeiras partes do livro: a *Luxúria e a Cobiça*” Segundo Andrade, o autor “[repete] todas as monstruosidades de julgamento do mundo ocidental sobre a América descoberta. O pensamento missionário, inteiramente

invalidado pela crítica contemporânea, é o que preside a essas conclusões de início [...]. **Há mesmo violentos choques entre a verdade documentada e o juízo emitido**” (230).

Retrato do Brasil dá razão ao crítico em duas dimensões. De uma parte, porque as noções “luxúria” e “cobiça”, centrais na construção explicativa aí apresentada, são carregadas de sentidos inscritos no campo religioso cristão. De outra, porque Prado intenta apresentar como evidências empíricas de sua tese, sobretudo, relatos de padres e de viajantes europeus que descrevem e interpretam práticas relativas a várias esferas da vida social, orientado-se por valores morais de inspiração cristã e valem-se de termos e expressões correntes no campo religioso – pecado, libertinagem, lascívia, falta de pudor, dentre outros – os quais são representados pelo homem contemporâneo como denotadores de rigidez moral.

Segundo entendo, as formulações de Prado sobre as práticas do português colonizador não devem ser interpretadas como derivadas da máxima “*Ultra aequinoxiam non peccari*” – “aquém da linha do Equador não existe nenhum pecado” – enunciado que condensa a crença, corrente na Europa do século XVII, de que no Novo Mundo imperava o desregramento e a permissividade. (Holanda, 1971:33). É certo que uma interpretação mais refinada das idéias de Paulo Prado, expostas em *Retrato do Brasil*, demandaria, tanto o conhecimento de outros de seus escritos, quanto um conhecimento mais apurado de sua trajetória intelectual e pessoal. Com tais reservas, diria que estão subjacentes à estrutura argumentativa do autor duas perspectivas que se conjugam. Uma delas, de natureza epistemológica, foi aqui apresentada em página anterior: o passado é tentativamente eleito como campo de construção de relações causais para o conhecimento do presente. Nesta perspectiva, a despeito das inúmeras imprecisões e assertivas infundadas, a história emerge como método. A segunda refere-se à visão de mundo – como conceitua Weber – que preside as interpretações de Prado, a meu juízo, marcadamente orientada pe-

los fundamentos da ética aristotélica. Portanto, postulados da ciência positiva se conjugam com uma determinada subjetivação. Assim, não me parece pertinente reduzir o pensamento do autor a uma visão moralista retrógrada, que uma primeira leitura pode suscitar. Busco, a seguir, explicitar de que modo objetividade e subjetividade organizam o pensamento do autor e fundamentam suas concepções negativas sobre os portugueses, como também sobre o Brasil e os brasileiros. Precede esta análise uma breve referência às formulações de Aristóteles sobre a virtude.

Virtude para este filósofo consiste em disposição do espírito resultante de deliberação voluntária. Em outros termos, postula Aristóteles que virtuoso é todo aquele que, ao agir, tem consciência de seu ato; que escolheu livremente tal ou qual maneira de agir e que executa a ação com disposição de espírito resoluta. É fundamental para que se possa qualificar uma ação como boa que não seja necessário acrescentar-lhe nem retirar-lhe nada. Vale dizer, a virtude se expressa como um meio termo entre dois extremos possíveis. Em síntese, a boa ação, para ser assim considerada, deve estar fundamentada na razão. Acrescenta-se ainda que, para Aristóteles, o meio termo varia com as circunstâncias que medeiam a ação e apresenta-se somente à razão madura – a mocidade é a idade dos extremos (Aristóteles, 1987, passim).

Considera Prado que a dilatação das fronteiras do Velho Mundo – processo no qual é gestado o Brasil – é resultante do Renascimento, contexto histórico que enseja a emergência de modos de sentir e pensar radicalmente diversos dos precedentes. A era dos descobrimentos teria assinalado, sobretudo, a ruptura do homem europeu com os princípios e valores cristãos que até então os constrangiam e o ressurgimento de antigas idéias – greco-romanas – de “conquista de liberdade do espírito humano e o alargamento [...] das ambições humanas de poderio, de saber e de gozo” (54). Aos homens da época, “o Renascimento revelara o prazer de viver” (56). Uma das passagens através da qual o

autor melhor condensa o sentido que atribui às rupturas ocorridas nesse contexto histórico é a seguinte: o princípio da “Obediência” foi substituído pelo da “Vontade individualista [...] *A Era dos descobrimentos foi o resultado desse movimento de libertação*” (54). Um dos meios de realização de vontades individuais – de poderio e gozo – viria ser a procura e a posse de metais e pedras preciosas, também atribuída ao Renascimento. Isto porque, aí reacendem-se as “*lendas ainda romanas, das sonhadas ilhas do ouro e de prata, mudando de lugar como fogos-fatuos. [que] atraíam sempre para mais longe*” os povos marítimos, inicialmente venezianos e genoveses e, posteriormente, portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses, quando ouro e prata começam a escassear.

Com tais disposições de fundo a um só tempo axiológico e mágico, o “*grande movimento migratório*” figura como o meio pensado pelo europeu, português em particular, de realização de sua individualidade, e o faz de modo resolutivo, com destemor e firmeza de propósitos. Portanto, a procura de novos caminhos marítimos e a descoberta dos mesmos é pensada por Prado como obra de “*heróis*”, de homens de “*têmpera*” e “*enérgicos*” (137), qualidades que configuram a coragem como virtude. Como compreender-se, então, que o vício viria ocupar o lugar da virtude no caráter do português colonizador e, por via de conseqüência, no do brasileiro em processo de formação?

Segundo Prado, Portugal “*se enfraqueceu pelo alargamento de seu campo de ação*” (135): a derrota na Índia e na África e a união com a Espanha abalaram o poderio e o prestígio da nação que se tornara anárquica. Declínio do império colonial, declínio também da Metrópole:

corrompida pelo lixo e pela desmoralização dos costumes [...], governos despóticos e incapazes, só conservaram a antiga energia para sustentar a Inquisição” (135). “O trabalho servil dos escravos da África sustentava a agricultura, mas a escravidão minava

o organismo social, como em toda a parte existiu. [...]. Os indivíduos aos poucos **perdiam a dureza da primitiva têmpera**. A Índia já os esgotara com seus encantos e desilusões, dura escola de ferocidade brutal, de **cobiça voraz**, de **luxúria hircina**, onde a **mocidade portuguesa** se ia educando nos vícios e crimes da sedução asiática (138/139, grifos meus).

Portanto, condições sócio-históricas vividas por Portugal, no período que se segue à fase dos descobrimentos, foram destituindo os portugueses daquelas disposições essenciais do homem – homem adulto – concebidas por Aristóteles: capacidade de discernimento e de autocontrole. Enfim, da excelência peculiar do homem – seu poder de ajuizar as coisas do mundo e, assim, ser capaz de escolher o meio-termo entre dois extremos.

A vida nos trópicos brasileiros viria ampliar as predisposições do português povoador e colonizador para os excessos cometidos em sua busca de gozo e poder, prazer e riqueza. Assim escreve Prado:

À sedução da terra aliava-se no aventureiro a afoiteza da adolescência. Para homens que vinham da Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado – e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem – eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido. O indígena, por seu turno era um animal lascivo, vivendo sem nenhum constrangimento na satisfação de seus desejos carnavais. [...] Voltava-se à simples lei da natureza, e à fantasia sexual dos aventureiros, moços e ardentes, em plena força, prestava-se o gentio (73/74 grifo meu).

A exuberância da natureza, da qual fazem parte os índios; a liberdade na solidão e o desregramento dela resultante, são apontados como causas que, em conjunto, produziram homens incapazes de agir com discernimento, autocontrole e equilíbrio me-

diano. A luxúria é um dos vícios que comanda os homens e o processo de povoamento do Brasil. O outro é a cobiça.

De passagem, isto é, apenas como breve menção, considera Prado que a escassez de ouro e prata faz com que a procura pelos mesmos tenha assumido o “*aspecto de imperialismo econômico e comercial*” (55). Segundo meus próprios termos, um impulso exacerbado de natureza materialista toma o lugar da inspiração mágica. Ao tempo da ocupação do Brasil, a “*ambição desenfreada*”, o “*individualismo infrene*”, “*anárquico pela volatização dos instintos sociais*” (93) tipificam as ações empreendidas pelos povoadores e colonizadores em sua “obsessão diabólica” em descobrir ouro. Considera Prado que a “*febre do ouro*” medrou em outras partes do Novo Mundo e se extinguiu. Mas, no Brasil reveste-se de particularidades: “[aqui] a *obsessão foi contínua, espalhada por todas as classes, como uma loucura coletiva*” que durou dois séculos (115). Tanto maiores os insucessos dos povoadores e colonizadores em sua pugna pelo metal – contra o que a natureza, oferecendo resistência passiva, escondia o ouro na hostilidade do clima, da mata e do deserto (115) – mais extremada tornou-se a ânsia de encontrá-lo.

No processo de formação da sociedade brasileira, a luxúria – e o desregramento que a alimenta – tem como resultado mais sensível o povoamento. A cobiça – e toda a brutalidade praticada contra os índios que a acompanha – enseja o desbravamento do território, considera Paulo Prado. Mas, se desta forma podem ser considerados como funcionais – termos meus – para o processo de colonização, por haver sido ambos constitutivos primários do “caráter” ou “psicologia” do brasileiro, nele imprimiu de forma irreparável as marcas dos excessos cometidos pelos portugueses povoadores e colonizadores. Da luxúria e da cobiça resultam: o “*enfraquecimento da energia física*”, “*da energia psíquica*” e a “*ausência ou diminuição da atividade mental*” que, em conjunto, tornaram o brasileiro uma “raça triste” (141).

No Brasil, o véu da tristeza se estende por todo o país, em todas latitudes, apesar do esplendor da natureza, desde o caboclo, tão mestiçado de índio da bacia amazônica e dos sertões calcinados do Nordeste, até a impassibilidade soturna e amuada do paulista e do mineiro. (143).

A apatia, a submissão, o individualismo são apresentados por Prado, a um só tempo, como formas de manifestação (ou consequência?) da tristeza brasileira e como causas dos males do Brasil. Herança legada pelo português. Portanto, má semente, maus frutos. Sob esta ótica não teríamos razões para celebrar 500 anos de descobrimento do Brasil.

OS PORTUGUESES SEGUNDO GILBERTO FREYRE

Nas linhas iniciais do prefácio de *Casa-grande & Senzala*, o autor apresenta os primeiros indícios de um profundo sentimento de lusitanidade, que viria a ser expresso em vários de seus escritos posteriores. Ali reporta-se à sua condição de exilado político e intelectual, que o conduz a Portugal e aos Estados Unidos. Com respeito ao segundo país registra apenas a surpresa de haver sido convidado para exercer a função de “visiting professor” na Universidade de Stanford, mas, quanto ao primeiro, suas expressões são um misto de reverência e afetividade pelas coisas, gentes e lugares portugueses:

Deixei com saudade Lisboa, onde desta vez pudera familiarizar-me, em alguns meses de lazer, como a Biblioteca Nacional, com as coleções do Museu Etnológico, com os sabores novos de vinho-do-porto, de bacalhau, de doces de freira. Juntando-se a isto o gosto de rever Sintra e os Estoris e o de abraçar amigos ilustres (Freyre, 1996:XLV).

Mas, é na construção dos argumentos e na elucidação dos mesmos, através de um extenso trabalho de demonstração empírica, que as imagens positivas do português ga-

nam qualidade e substância. Precede o desvendamento dos sentidos da referida positividade e da lógica que preside a formulação dos mesmos explicitar: quem é este português objeto de conhecimento e enaltecimento, da parte de Freyre, e em relação a que outro “sujeito” a idéia da positividade daquele povo é construída.

Vê-se delimitado no capítulo III de *Casa-Grande & Senzala* uma categoria chave nas reflexões de Gilberto Freyre. É a de colonizador, isto é, todo aquele indivíduo que, originário de Portugal, aportou e fixou-se no Brasil ao longo dos “*Quinhentos e Seiscientos*”. À primeira vista, trata-se de uma categoria social específica e historicamente situada. Dela não fazem parte, por exemplo, alguns indivíduos – mesmo que nascidos em Portugal – como os que vieram à colônia a partir do século XVIII e os que apenas passaram – termo meu – pelo Brasil. Daquela categoria também estão excluídos os membros da Companhia de Jesus, usualmente nomeados de jesuítas ou padres jesuítas e, nesta função, distintos da categoria/personagem tomada pelo autor como referência principal para a construção de uma interpretação do Brasil.

Muitas são as designações e imagens presentes na obra – sobretudo no I e III capítulos – que qualificam positivamente o colonizador: “*criador*”; “*fundador*”; “*portador de energia vital*”; de “*coragem de iniciativa*”; “*homens de pouco capital mas de muita coragem*”; de “*firmeza de caráter*”; de “*capacidade de organização*”; que “*desempenhou tarefa formidável*”, “*obra grandiosa*”.

Busco, a seguir, apontar o “sujeito” tomado, em primeira instância, como referente para a elaboração das representações de natureza positiva do povo português.

Nas primeiras páginas do capítulo III, intitulado “O colonizador português: antecedentes e predisposições”, Gilberto Freyre contesta análises desenvolvidas por escritores e artistas europeus – ingleses especialmente – relativas aos portugueses. Considera que teriam aqueles:

[reduzido] os portugueses a um povo sem grandeza nenhuma[...] Diminuí-lhes a importância da função criadora que nos séculos XV e XVI afirmou-se não só na técnica da navegação, nas guerras da África e da Índia, na opulenta literatura de viagens, no eficiente imperialismo colonizador (192).

A despeito do tom afirmativo, o reconhecimento daquelas qualidades superiores figuram de modo marginal – insignificante, seria o termo mais adequado – na complexa gama de fatos históricos e articulações dos mesmos, apresentados ao longo de seu texto. Não é a superioridade no campo da técnica, nem da literatura, da arte da guerra e da conquista que oferecem os indícios das virtudes dos portugueses. Tampouco os empreendimentos na África e na Índia. É fundamentalmente a sociedade brasileira, olhada em retrospectiva, que se constitui como matriz de sentido para a construção de representações positivas sobre o “caráter” do povo português.

Exponho, em primeiro lugar, em uma perspectiva descritiva, as várias dimensões através das quais a “energia criadora” dos portugueses se manifesta e ao mesmo tempo se prova. Num segundo momento, busco desvendar as relações lógicas e históricas construídas pelo autor para validar uma das teses centrais expostas em *Casa Grande & Senzala*: “foram os portugueses os únicos capazes de fundar a maior civilização moderna nos trópicos” – o Brasil (190).

A energia criadora dos portugueses se manifesta na inigualável capacidade de vencerem as condições adversas do meio natural da colônia brasileira. Ao longo de quatro páginas (12 a 16), um texto adjetivado e superlativo situa o colonizador em um ambiente natural hostil à vida humana, e à do europeu em particular de modo particular.

o português vinha encontrar na América tropical uma terra de vida aparentemente fácil; na verdade difícil para quem quisesse organizar qualquer forma permanente ou adiantada de economia e sociedade” (16)

Tudo era aqui desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra [...] (15). O clima [...] irregular, palustre, perturbador do sistema digestivo; clima na sua relação como o solo desfavoráveis ao homem agrícola e particularmente ao europeu.

Numa parte dos trópicos na qual europeus – ingleses, franceses, holandeses – ao primeiro contato “*sucumbiram ou perderam a energia colonizadora, a tensão moral, a própria saúde física, falharam [...] os portugueses triunfaram*”. A prova disto é o Brasil: “*de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência*” (12).

Em uma segunda dimensão, a idéia da extraordinária coragem e energia criadora dos portugueses pode ser percebida em uma certa construção realizada por Freyre, a qual traduzida em meus próprios termos, afirma presteza e capacidade do colonizador para superar a si mesmo. Explico-me.

Especialmente nos capítulos I e III, o português é qualificado de “*plebeu*”, alguém dotado de “*burguesismo precoce*” (190) e, ainda, aquele que orienta sua conduta pelo “*ideal semita*”. Tais termos são noções centrais, através das quais Freyre sintetiza a forma dominante de produção de riqueza em Portugal, ao tempo dos descobrimentos. Fatos históricos e argumentos de autores consagrados – como os do historiador português, Alexandre Herculano – são recursos através dos quais Freyre fundamenta a assertiva de que o enriquecimento através do comércio, de origens remotas no reino, havia consolidado uma “*precoce ascendência burguesa em Portugal*” (198). Mais do que afirmar a existência de uma burguesia na estrutura de classes em Portugal, Gilberto Freyre anuncia a generalização em Portugal de um espírito mercantil, que envolvia a todos, desde o rei até o homem comum, à exceção dos padres enclausurados nos conventos, que se dedicavam a orações, é certo, e também às práticas agrícolas.

A despeito do “burguesismo precoce” o empreendimento brasileiro fundou-se na atividade econômica de base rural, e, mais do que

isto, o processo de colonização instituiu uma ordem “aristocrática, patriarcal e escravocrata”. As particularidades de um meio natural adverso e as “condições morais e materiais da vida e cultura de seus habitantes” (24) se, por um lado, inviabilizaram a expansão do espírito mercantil, por outro, ofereceram aos portugueses o estímulo e as possibilidades para superarem a si mesmos: criaram no Brasil uma ordem econômica e sócio-política singular tanto em relação ao seu modo de ser, quanto no que diz respeito à sua própria ação desenvolvida fora dos trópicos, no oriente. A idéia da inventividade lusitana formulada por Freyre é melhor expressa em sua escrita:

As circunstâncias americanas é que fizeram do povo colonizador de tendências menos rurais ou, pelo menos, como o sentido agrário mais pervertido pelo mercantilismo, o mais rural de todos: do povo que a Índia transformara no mais parasitário, o mais criador” (24) “Essencialmente plebeu, ele teria falhado na esfera aristocrática em que teve de desenvolver-se seu domínio colonial no Brasil. Não falhou, antes fundou a maior civilização moderna nos trópicos (190).

Na análise dos lugares ocupados pela Igreja Católica e pelo clero no processo colonizador distingo mais uma instância através da qual o autor de *Casa-Grande & Senzala* elabora as qualidades superiores dos portugueses. Considera ele uma marcada presença da Igreja Católica na formação portuguesa; de origem antiga, que remonta ao tempo da invasão romana na península ibérica,

estabeleceu-se em Portugal uma nobreza episcopal com gestos de quem abençoa ou pacifica, mas na verdade de quem manda e domina. Domínio efetivo, através da autoridade conferida aos bispos de decidirem em causas civis [...]. O alto clero não só se tornou detentor de extraordinário prestígio místico, moral e até jurídico sobre populações dotadas [...] de extrema sensibilidade religiosa [...] como de grande poder intelectual e político (206/207).

Reconhece ainda que, em Portugal, a fé religiosa e o exclusivismo católico a um só tempo contribuíram, de forma positiva, para suprir a debilidade dos nexos políticos e coibir a emergência de uma “consciência de raça” (195). Se, na formação brasileira, estas duas funções persistem, para o autor, o poder temporal da Igreja Católica é subjugado pelo colonizador. A capela do/no engenho é emblemática deste processo:

[...] a igreja que age na formação brasileira, articulando-a, não é a catedral com seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a igreja isolada e só, ou de mosteiro ou abadia, onde vão acoitar criminosos e prover-se de pão e restos de comidas mendigos e desamparados. É a capela de engenho (195).

De modo implícito, a capela do/no engenho evoca também a subversão, feita pelos colonizadores, de padrões morais propalados pelo clero católico. Em várias passagens da obra vemos Gilberto Freyre referir-se às condutas privadas dos capelães com os mesmos termos com os quais adjetiva os colonizadores proprietários. As expressões “*padres amancebados*”, “*procriadores*”, “*feemeiros*” e “*filhos de padre*” – comumente colocadas por ele nas falas de sujeitos indeterminados (por exemplo, “*tradições maliciosas atribuem aos antigos capelães de engenho a função útil, embora nada seráfica, de procriadores*” (195) – menos que formas estratégicas formuladas por Freyre para manifestar seu tão pouco dissimulado anti-clericalismo, são expressivas da idéia da capitulação dos padres aos padrões de moralidade dos colonizadores.

Crítico irônico e contundente dos jesuítas – sobretudo porque exerceram ação destruidora das culturas e comunidades indígenas mais intensa do que a praticada pelos colonos (109/111) – atribui Gilberto Freyre a eles o mérito de haverem contribuído para a constituição da unidade política e, em certa medida, para a homogeneidade cultural num vasto território como o do Brasil. Mas não é sem expressões de regozijo que anuncia a derrota

do projeto teocrático trazido ao Brasil pelos membros da ordem. Assim escreve:

Em oposição aos interesses da sociedade colonial, queriam os padres fundar uma santa república de 'índios domesticados para Jesus' como os do Paraguai; seráficos caboclos que só obedecessem aos ministros do Senhor e só trabalhassem nas suas hortas e roçados. Nenhuma individualidade nem autonomia pessoal ou de família [...] Pela presença de um tão forte elemento ponderador como a família rural, ou antes latifundiária, é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática, idealizada pelos jesuítas – e mais tarde por eles realizadas no Paraguai – da espanhola e da francesa (23).

Note-se que, na construção explicativa do autor, a derrota de uma forma de organização sócio-política que se anunciava incompatível com o desenvolvimento dos ideais da modernidade – individualidade e autonomia dos sujeitos – teria sido consequência não da ação avassaladora do Estado português contra o poder da Campanha de Jesus – fato histórico sequer mencionado por Freyre – mas sim, das características essenciais assumidas pela organização social edificada no Brasil como fruto da inventividade dos portugueses. Isto é, no que diz respeito ao processo de produção de riqueza, uma economia rural de base latifundiária e escravocrata; no que se refere ao sistema de domínio, um poder aristocrático e patriarcal. Explicitada nas palavras de Gilberto Freyre, transcritas anteriormente, a instituição familiar – vale dizer a dos proprietários – suplantou o poder da Igreja Católica.

Essa perspectiva, que prenuncia a prevalência da família na estruturação da vida brasileira, remete à elucidação de uma última expressão da capacidade criativa e da energia vital dos portugueses.

Neste caso, o argumento central é elaborado em torno da certeza de que a formação do Brasil “foi obra não do Estado colonizador, sempre sumítico em Portugal, mas da

corajosa iniciativa particular” (244, grifos meus). Se a decisão de povoar as extensas terras e torná-las produtivas, através da exploração agrícola e do emprego do trabalho escravo, foi consagrada pelo poder real,

*Tudo deixou-se, porém, à iniciativa particular. Os gastos de instalação. Os encargos de defesa militar da colônia. Mas também os privilégios de mando e jurisdição sobre as terras enormes. Da extensão delas fez-se um chamariz, despertando-se nos **homens de pouco capital, mas de coragem**, o instinto de posse; e acrescentando-se ao domínio sobre terras tão vastas, direitos de senhores feudais sobre gente que fosse aí mourejar. A atitude da Coroa vê-se claramente qual foi: povoar sem ônus os ermos da América. Desbravá-los do mato grosso, defendê-los do corsário e do selvagem, transformá-los em zona de produção, correndo as despesas por conta dos particulares que se atrevessem a desvirginar terra tão áspera (244, grifos meus).*

Afirmar o papel exclusivo da iniciativa privada nas origens da formação brasileira é mais do que considerar a ausência do Estado no empreendimento colonial. Trata-se, ao mesmo tempo, de enfatizar a importância da família como instituição estruturante da vida brasileira em suas origens e de se contrapor às concepções correntes, à época, que representavam o português sujeito primordial do processo colonizador como “tarados, criminosos e semiloucos” (19), termos de Azevedo Amaral, objeto de crítica explícita do autor. Na formulação de Freyre, ao contrário, o processo de constituição do Brasil foi presidido por homens dotados de “*coragem de iniciativa*”, “*firmeza de ânimo*” e “*capacidade de organização*” (244) e, sobretudo, por homens “*cosmopolitas e plásticos*” (4).

Como que antecipando uma pergunta de fundo contestatório – do tipo, “de que Olimpo emergiu este homem virtuoso, um quase-herói, superior em sua singularidade” – responderia Freyre: “*Não se trata de nenhuma virtude descida do céu sobre os portugue-*

ses, mas do resultado quase químico da formação cosmopolita e heterogênea desse povo marítimo (200). Nesta afirmativa vemos sintetizado o princípio explicativo central do autor: isto é, as singularidades do português estão inscritas em sua história – e de modo correlato em sua geografia – na qual foram plasmados um povo e uma cultura híbridos e plásticos, ambos marcados pelo “equilíbrio de antagonismo”. Com tal, foi dotado o português de “*felizes predisposições de raça, de mesologia e de cultura*” (13) para a obra da colonização do Brasil: Assim escreve:

A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas (5).

A posição de Portugal no mapa da Europa e sua história social e cultural são eleitas como condicionantes, ou causas primeiras do cosmopolitismo do colonizador português. Para Freyre, a “bicontinentalidade” faz do português um povo de cultura e etnia mais mediterrâneas do que nórdicas, mais africanas do que européias (202).

Concorrem para esta dualidade na cultura e no “*caráter do português*” de forma decisiva os vários séculos em que Portugal esteve sob o domínio mouro. Os moçárabes “*gente impregnada da cultura e mesclada do sangue do invasor se constituíram no fundo e no nervo da nacionalidade portuguesa*”; não fora a experiência moura, “*o colonizador teria fracassado [...] Teria fracassado, impotente para corresponder a condições tão fora da sua experiência propriamente européia*” (209/210). Ainda que de forma menos marcada, a cultura semita associa-se à moura no processo de “*deseuropeização*” e de “*heterogenização*” do homem lusitano (226).

Em Portugal, acrescenta Freyre, “*baralharam-se*” não só etnias (ou raças, como às vezes escreve o autor) e culturas, mas, também, as classes sociais. Isto porque lá, a cons-

tituição precoce da burguesia – em relação àquelas dos demais países europeu – e o poder político e econômico da Igreja Católica concorreram para o declínio da aristocracia. Destituídos de poder econômico e político, membros da aristocracia movem-se através do casamento para uma “*classe média impregnada de sangue mouro e hebreu*” (209/210).

No empreendimento colonial português no Brasil estão inscritas as marcas mais sensíveis dos traços do caráter deste colonizador: “*mobilidade*”, “*adaptabilidade*” e “*miscibilidade*”. A primeira, nos termos de Freyre, permite que se compreenda o alargamento das fronteiras do mundo e da ocupação do vasto território brasileiro; a segunda, a adaptação de ordem física, sócio-econômica e cultural do português à vida no trópico sul-americano, partilhada com negros e índios; a terceira, o singular processo de miscigenação de que resultou o povoamento do território e amalgamento de culturas tão diversas.

Se os termos com os quais se refere Gilberto Freyre aos portugueses aqui destacados – “*energia criadora*”, “*firmeza de ânimo*”, “*coragem de iniciativa*”, etc – sugerem uma compreensão de natureza épica do empreendimento colonial, disto não se pode deduzir que, para ele, a realização da “*tarefa formidável*” foi resultado de algum tipo de essencialidade inscrita na própria condição de colonizador. Tampouco decorreu das particularidades dos sujeitos concretos, isto é, dos portugueses que ocuparam o território nos dois primeiros séculos da formação do Brasil. Segundo procura elucidar com abundância de argumentos, de provas e contra-provas e, mais perceptivelmente, na estrutura e organização das idéias na obra, aos olhos de Gilberto Freyre a concreção do obra grandiosa dos portugueses – o Brasil – pressupôs, mais do que um colonizador arrojado, como outros o foram, especificidades inscritas em uma cultura e etnia de um povo em determinado momento de sua história: boa semente, bons frutos. Sob esta perspectiva, portugueses e brasileiros têm razões de sobra para comemorarem os 500 anos do descobrimento.